



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **São João de Pirabas**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

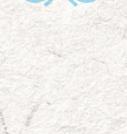
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de São João de Pirabas (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

No município de São João de Pirabas, a taxa de pobreza apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, variando de 53,6% (2019) a 53,2% (2021). No entanto, em 2022, observou-se um pico significativo, com a taxa alcançando 75,0%, o maior valor do período. Em 2023, houve recuo, mas a taxa permaneceu elevada em 58,5%. A Região de Integração (RI) do Rio Caeté seguiu padrão semelhante, iniciando com 53,4% em 2019, atingindo 70,6% em 2022 e reduzindo para 53,7% em 2023. O estado do Pará também registrou aumento acentuado em 2022 (58,8%), partindo de 41,7% em 2019, e caindo para

43,8% em 202 (Gráfico 1).

A evolução indica que o ano de 2022 foi atípico em termos de crescimento da pobreza nos três níveis territoriais, possivelmente refletindo os impactos pós-pandemia, como a alta inflação e a instabilidade econômica. Apesar da queda em 2023, os níveis em São João de Pirabas ainda se mantêm significativamente superior aos observados no estado como um todo. Resalta-se a magnitude do pico em 2022 em São João de Pirabas, com uma taxa 16,2 pontos percentuais superior à do estado, evidenciando vulnerabilidades locais mais intensas (Gráfico 1).

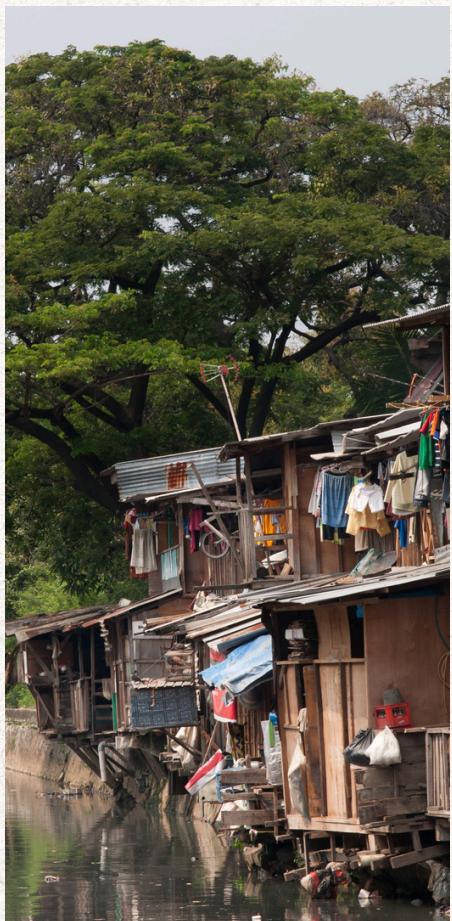
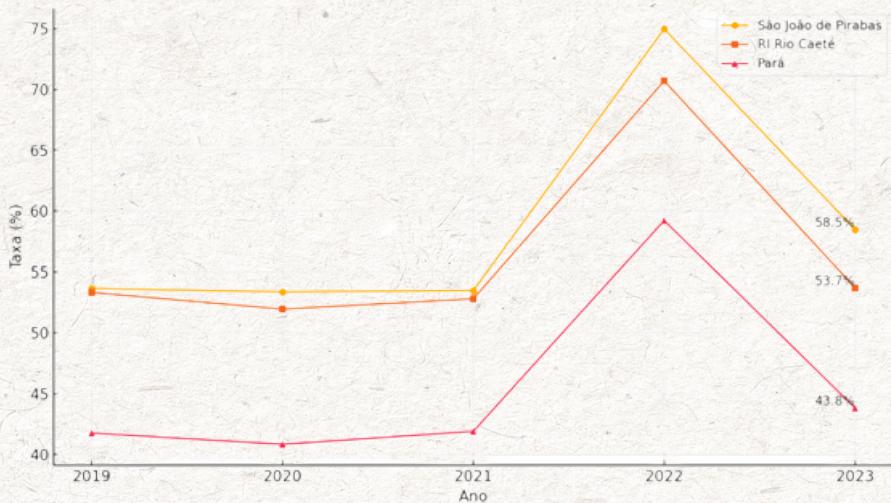




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

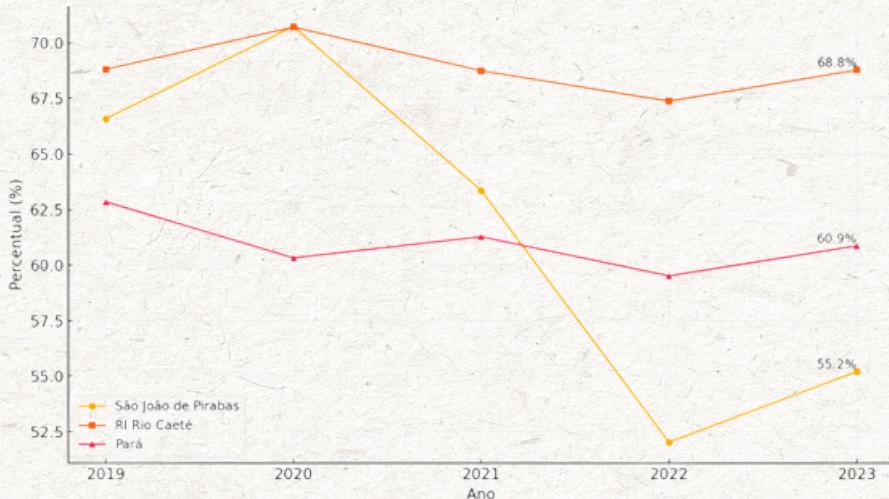
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em São João de Pirabas, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou em 66,9% em 2019 e atingiu o pico de 70,5% em 2020. A partir de então, houve queda contínua até 2022, quando atingiu o menor valor do período: 51,7%. Em 2023, registrou-se recuperação parcial para 55,2%. A RI do Rio Caeté teve comportamento mais estável, oscilando entre 68,1% (2022) e 70,6% (2020), finalizando 2023 com 68,8%. Já o estado do Pará manteve valores em torno de 60% a 63%, encerrando o período em 60,9% (Gráfico 2).

A trajetória de São João de Pirabas sugere uma redução expressiva do esforço orçamentário em serviços essenciais a partir de 2021, coincidindo com o aumento da taxa de pobreza no período subsequente. Em contraste, a RI Rio Caeté e o Pará mantiveram níveis mais constantes de alocação de recursos. O recuo observado em Pirabas pode ter contribuído para a deterioração dos indicadores sociais locais, como a pobreza e a prevalência de baixo peso ao nascer (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

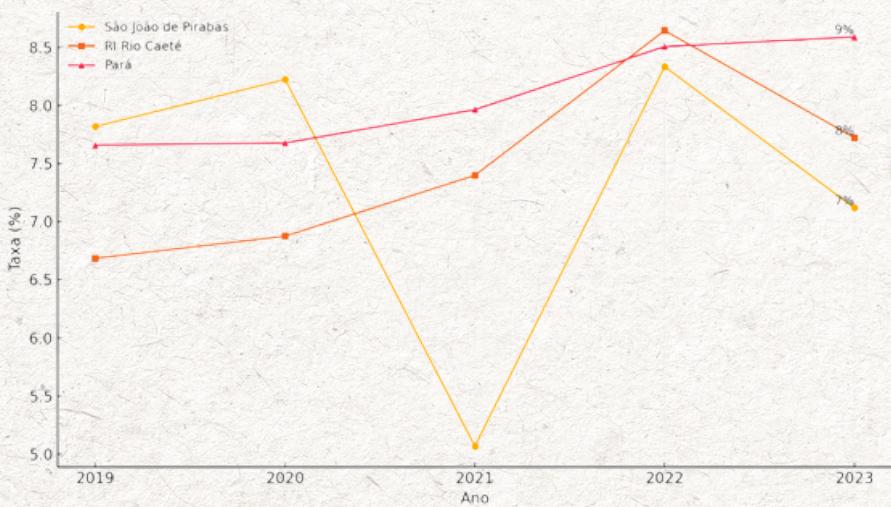
São João de Pirabas começou com uma taxa de 7,8% em 2019, subiu para 8,2% em 2020, e teve queda acentuada em 2021, atingindo 5,1%. Em 2022, voltou a subir expressivamente para 8,4%, antes de recuar novamente em 2023 para 7,0%. A RI do Rio Caeté apresentou uma trajetória de crescimento mais gradual, saindo de 6,6% (2019) para 8,6% (2022), caindo para 8,0% em 2023. O estado do Pará oscilou de 7,7% (2019) para 9,0% (2023), mantendo tendência de alta (Gráfico 3).

A volatilidade em São João

de Pirabas evidencia instabilidade nas condições pré-natais e neonatais, com variações bruscas no indicador. O ano de 2021 destaca-se positivamente com o menor índice da série, possivelmente resultado de políticas de saúde momentaneamente eficazes. No entanto, a retomada da alta em 2022 coincide com a explosão da pobreza, sugerindo um impacto negativo das condições socioeconômicas sobre a saúde infantil. Apesar da melhora em 2023, os níveis ainda são preocupantes (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



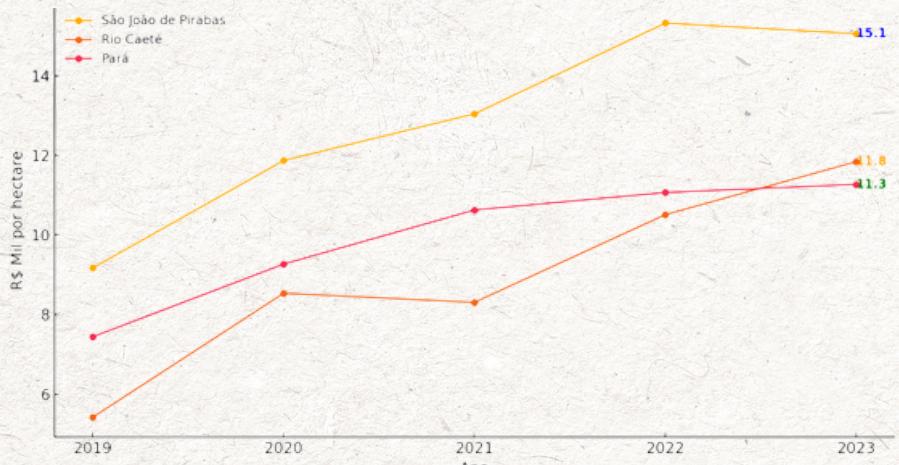
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em São João de Pirabas apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2022, passando de R\$ 9,2 mil/ha para R\$ 15,3 mil/ha. Em 2023, houve leve recuo para R\$ 15,1 mil/ha. A RI Rio Caeté iniciou com R\$ 5,4 mil/ha em 2019 e terminou com R\$ 11,8 mil/ha em 2023, enquanto o estado do Pará evoluiu de R\$ 7,5 mil/ha (2019) para R\$ 11,3 mil/ha (2023) (Gráfico 4).

Esse crescimento contínuo em São João de Pirabas sugere melhorias tecnológicas e de

gestão na produção agrícola local, que se destacaram frente à média estadual e regional. Mesmo com a leve queda em 2023, o município encerrou o período com produtividade superior em quase R\$ 4 mil/ha em relação ao estado. Esse bom desempenho no setor agropecuário pode representar uma oportunidade de enfrentamento das vulnerabilidades sociais, caso esteja acompanhado de políticas de inclusão e fortalecimento da agricultura familiar (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em São João de Pirabas, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte oscilação ao longo do período analisado. Em 2019, o município iniciou com um patamar elevado de 19,6 mortes por mil nascidos vivos, caindo drasticamente para 6,5 em 2020. Nos anos seguintes, houve um recrudescimento: subiu para 10,1 em 2021 e atingiu novamente 19,8 em 2022, encerrando 2023 com expressiva queda para 7,0. A Região de Integração do Rio Caeté manteve-se mais estável, com variação de 12,0 (2021) a 13,3 (2022), finalizando 2023 em 13,0. O estado do Pará oscilou

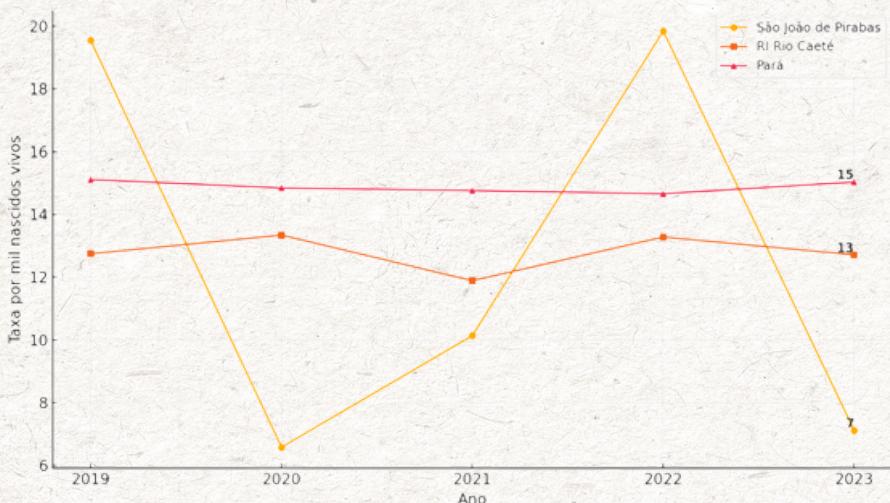
pouco, variando entre 14,7 e 15,0 durante o período (Gráfico 5).

As oscilações em São João de Pirabas sugerem instabilidade nos serviços de saúde infantil e pré-natal, com anos de desempenho preocupante alternando-se com períodos de melhora acentuada. O pico em 2022, com quase 20 mortes por mil nascidos vivos, ultrapassou em mais de 5 pontos a média estadual e regional, acentuando a vulnerabilidade do município. Em 2023, a expressiva redução para 7,0 representa progresso relevante, mas também evidencia um padrão de flutuações que demanda maior estabilidade e investimentos contínuos em saúde materno-infantil (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

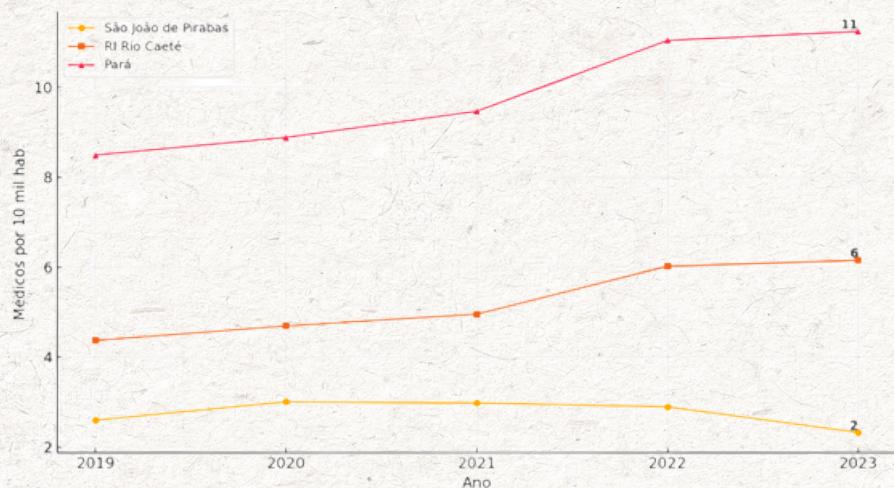
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de São João de Pirabas apresentou variação negativa na disponibilidade de médicos ao longo do período. Em 2019, contava com 2,6 médicos por 10 mil habitantes, aumentando discretamente para 3,0 em 2020 e mantendo esse patamar até 2021. Em 2022, caiu para 2,9 e, em 2023, reduziu ainda mais para apenas 2,0 médicos por 10 mil habitantes. A RI Rio Caeté teve crescimento constante de 4,4 (2019) para 6,1 (2023), enquanto o estado do Pará apresentou elevação significativa de 8,5 (2019) para 11,0 médicos por 10 mil habitantes em 2023 (Gráfico 6).

Esse cenário evidencia que São João de Pirabas seguiu na contramão da tendência regional e estadual de ampliação da cobertura médica. A queda em 2023 para 2,0 representa o menor valor do período e acende alerta quanto à capacidade de atendimento da população. A comparação com o estado, que encerra 2023 com um índice mais de cinco vezes superior, destaca as desigualdades na distribuição de profissionais de saúde. Isso pode contribuir diretamente para as oscilações nos indicadores de saúde infantil observadas no município (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em São João de Pirabas, o número de vagas no ensino público por mil habitantes iniciou em 2019 com 240,7, apresentou queda em 2020 (232,1) e manteve relativa estabilidade em 2021 (231,0). Em 2022, observou-se um salto expressivo, atingindo o pico da série com 251,2 vagas, mas em 2023 houve recuo acentuado para 213,3. A Região de Integração do Rio Cae-té seguiu padrão semelhante: começou com 243,7 em 2019, caiu para 233,7 em 2020, subiu até 243,2 em 2022 e terminou em 216,4 em 2023. Já o estado do Pará teve trajetória mais suave, partindo de 211,3 vagas (2019) e caindo para

198,3 em 2023 (Gráfico 7).

O destaque em 2022 em São João de Pirabas pode refletir uma ampliação pontual da oferta educacional, talvez em resposta a déficits de matrícula acumulados nos anos anteriores. Entretanto, a queda de quase 38 vagas no ano seguinte indica uma descontinuidade desse esforço, retornando a patamares semelhantes aos de 2020. Apesar da retração, o município ainda encerra o período com oferta de vagas superior à média estadual, o que demonstra relativa robustez da rede local frente ao declínio mais acentuado observado no Pará como um todo (Gráfico 7).

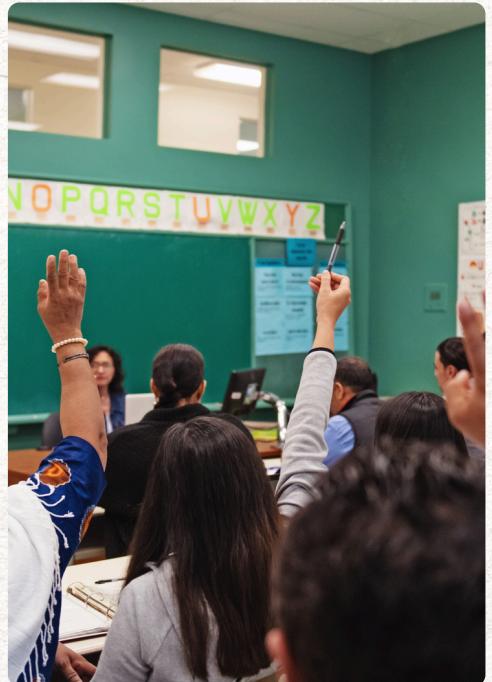
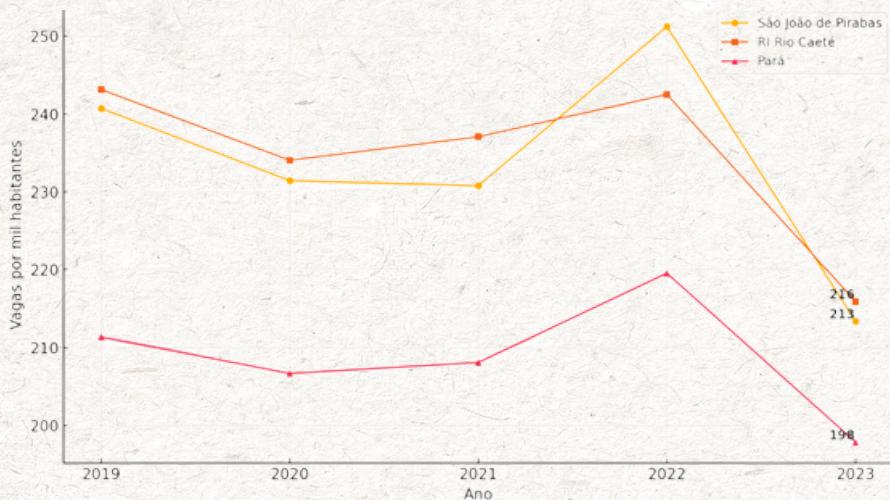




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 213 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

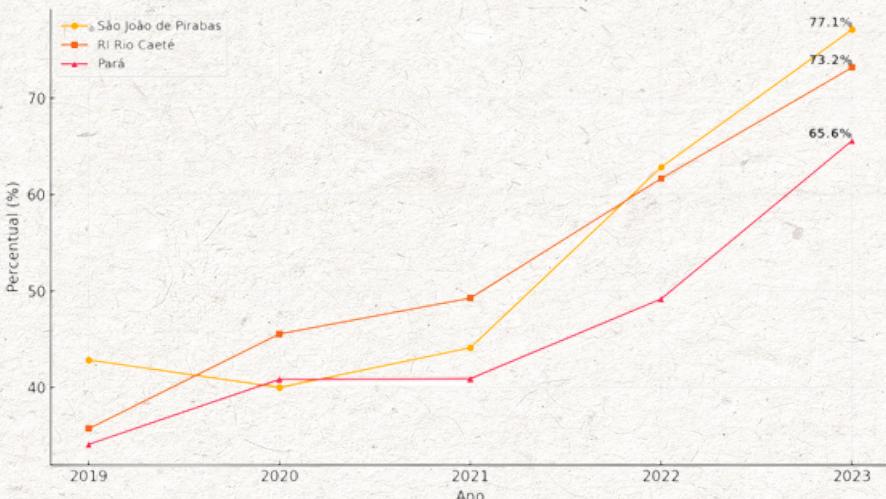
O acesso à internet nas escolas de São João de Pirabas evoluiu positivamente entre 2019 e 2023. O percentual começou em 43,0%, caiu para 40,1% em 2020, e desde então registrou crescimento contínuo: 44,2% (2021), 62,8% (2022), até atingir 77,1% em 2023. A RI Rio Caeté também cresceu, partindo de 35,7% (2019) para 73,2% em 2023. O estado do Pará iniciou com apenas 33,8% das escolas conectadas e alcançou 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

Esse avanço expressivo no município re-

presenta uma conquista importante para a qualidade do ensino, especialmente considerando o cenário pós-pandemia, em que a conectividade se tornou essencial. Entre 2021 e 2023, o percentual de escolas conectadas em São João de Pirabas aumentou 32,9 pontos percentuais, superando os patamares regional e estadual. O dado revela progresso na infraestrutura escolar, o que pode ter impactos positivos tanto na aprendizagem quanto na redução das desigualdades educacionais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

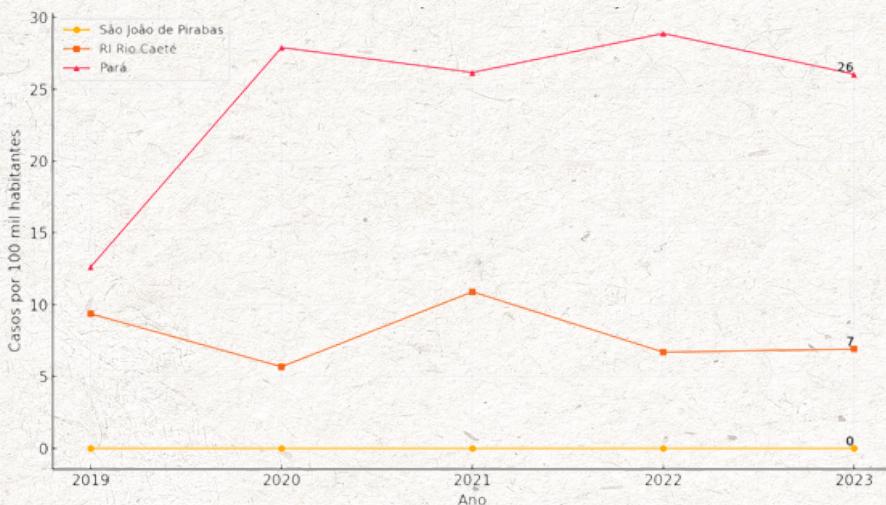


Em São João de Pirabas, o número de casos de violência contra a mulher praticada por parceiros manteve-se zerado durante todo o período de 2019 a 2023. Esse padrão, apesar de parecer positivo à primeira vista, pode sugerir subnotificação ou ausência de registro efetivo dos casos no município. Na Região de Integração do Rio Caeté, os valores oscilaram entre 5,7 (2020) e 10,9 (2021), encerrando 2023 com 6,9 casos por 100 mil habitantes. Já o estado do Pará apresentou crescimento expressivo entre 2019 (12,6) e 2020 (28,0), alcançando o pico em 2022 com 29,0 e finalizando 2023 em 26,0 (Gráfico 9).



Essa comparação evidencia que São João de Pirabas está muito abaixo das médias estadual e regional, o que pode não refletir a realidade, mas sim fragilidades nos canais de denúncia e registro. Enquanto isso, o aumento da taxa no estado demonstra maior visibilidade ou incidência do problema, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. A ausência de registros em Pirabas, portanto, deve ser analisada com cautela e não interpretada como ausência de violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

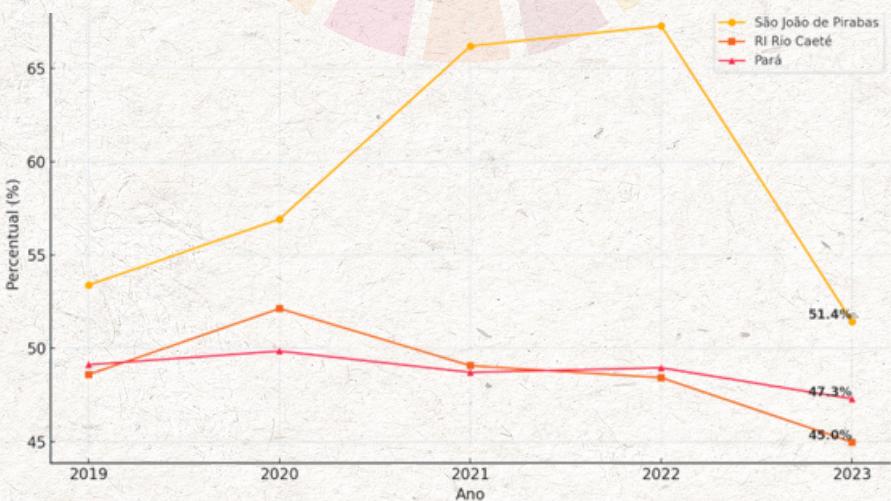
O município de São João de Pirabas teve um aumento significativo no percentual de mulheres em cargos gerenciais entre 2019 (53,3%) e 2022 (máximo de 67,3%), indicando forte presença feminina em posições de liderança. No entanto, em 2023, houve queda abrupta para 51,4%, aproximando-se dos níveis observados em 2019. Na RI do Rio Caeté, os valores variaram de 48,6% (2019) a 52,0% (2020), encerrando 2023 com 45,0%. O estado do Pará teve trajetória mais estável, oscilando entre 48,8% e 47,3% no mesmo período (Gráfico 10).





A evolução de São João de Pirabas mostra que, embora tenha havido uma significativa ampliação do protagonismo feminino no setor gerencial, essa conquista ainda se revela frágil frente à queda recente. A redução de quase 16 pontos percentuais em um único ano exige atenção quanto à sustentabilidade das políticas de equidade de gênero no trabalho. Ainda assim, o município segue acima da média estadual e regional, revelando um cenário mais favorável para a participação feminina em posições de decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual da população de baixa renda atendida com coleta de esgoto em São João de Pirabas manteve-se muito baixo e praticamente estagnado ao longo do período. Em 2019, o índice era de 1,4%, subindo levemente para 1,6% em 2020, e caindo gradualmente até atingir 1,2% em 2023. Na RI do Rio Caeté, os números foram ainda menores, variando de 1,0% a 1,3% no mesmo período. Em contrapartida, o estado do Pará apresentou melhora significativa: de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Esse contraste evidencia que, embora o estado tenha avançado na universalização dos serviços de esgotamento sanitário para a população de baixa renda, São João de Pirabas e sua região ainda enfrentam graves deficiências. O percentual praticamente inalterado mostra a ausência de políticas eficazes ou investimentos consistentes nessa área essencial, comprometendo diretamente a saúde pública e a qualidade de vida das famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica (Gráfico 11).

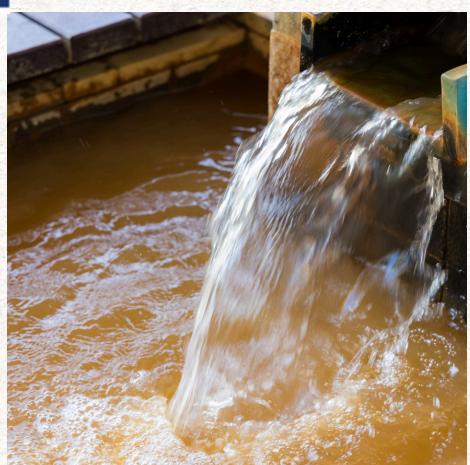
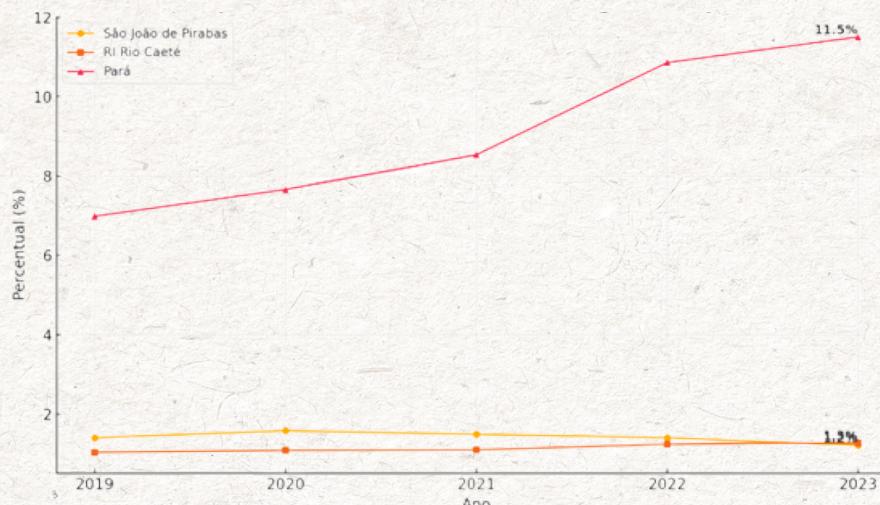




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

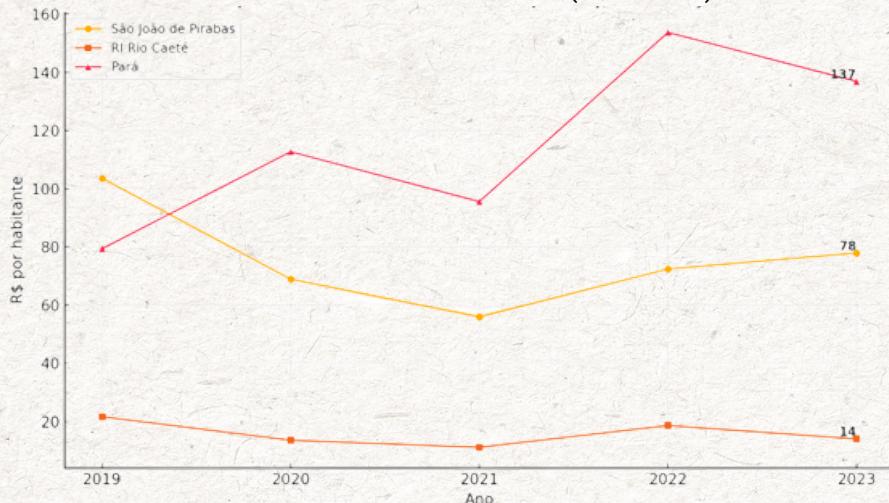
Em São João de Pirabas, o gasto per capita com saneamento básico começou em R\$ 103,6 em 2019, apresentou queda até 2021 (R\$ 55,6), e voltou a crescer nos anos seguintes, atingindo R\$ 78,0 em 2023. A RI do Rio Caeté teve valores significativamente menores, iniciando com R\$ 21,7 em 2019, caindo para R\$ 11,7 em 2021 e encerrando 2023 com R\$ 14,0. Já o estado do Pará registrou aumentos expressivos, partindo de R\$ 80,0 em 2019 e alcançando o pico de R\$ 153,0 em 2022, com ligeira redução para R\$ 137,0 em 2023 (Gráfico 12).

A trajetória de São João de Pirabas demonstra certa recuperação do investimento após anos de queda, embora o nível atual ainda esteja abaixo do registrado no início da série. O fato de a RI do Rio Caeté manter gastos tão baixos reforça a fragilidade do saneamento básico na região. Apesar disso, Pirabas ainda apresenta desempenho superior à sua RI, mas distante da média estadual, sugerindo necessidade de intensificar o financiamento do setor, especialmente para alcançar melhorias estruturais duradouras (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 78/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

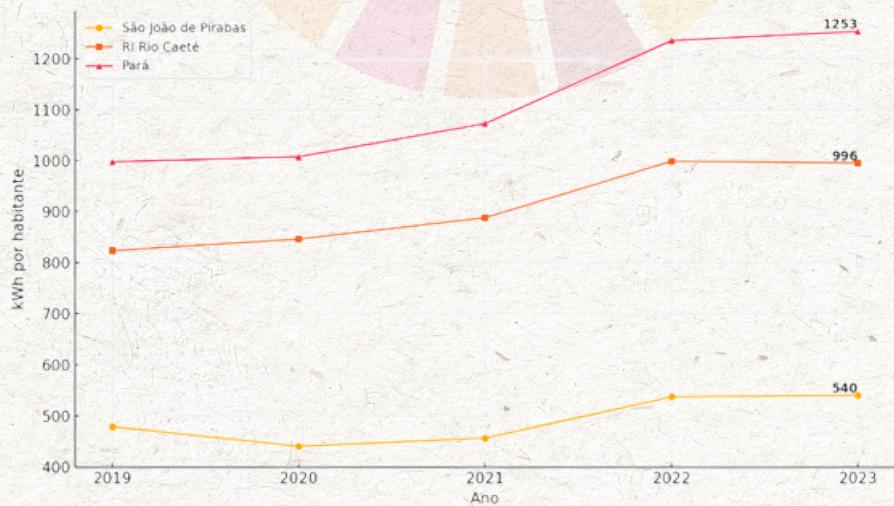


Em São João de Pirabas, o consumo de energia elétrica por habitante iniciou em 2019 com 478 kWh, caiu para 440 kWh em 2020, e recuperou-se gradualmente nos anos seguintes: 457 kWh (2021), 538 kWh (2022) e 540 kWh em 2023. A RI Rio Caeté registrou crescimento constante, passando de 826 kWh (2019) para 996 kWh em 2023. Já o estado do Pará teve os maiores níveis de consumo, com 1000 kWh em 2019 e um salto contínuo até alcançar 1253 kWh em 2023 (Gráfico 13).



A evolução mostra que São João de Pirabas teve crescimento modesto no consumo elétrico per capita, encerrando o período ainda significativamente abaixo da média regional e estadual. A diferença em 2023 entre Pirabas (540 kWh) e o estado (1253 kWh) foi de mais de 700 kWh, indicando possível restrição de acesso, menor capacidade de consumo ou estrutura urbana menos eletrificada. Apesar da recuperação desde 2020, o ritmo de avanço local ainda é insuficiente para acompanhar a tendência de desenvolvimento energético da região (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 540 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

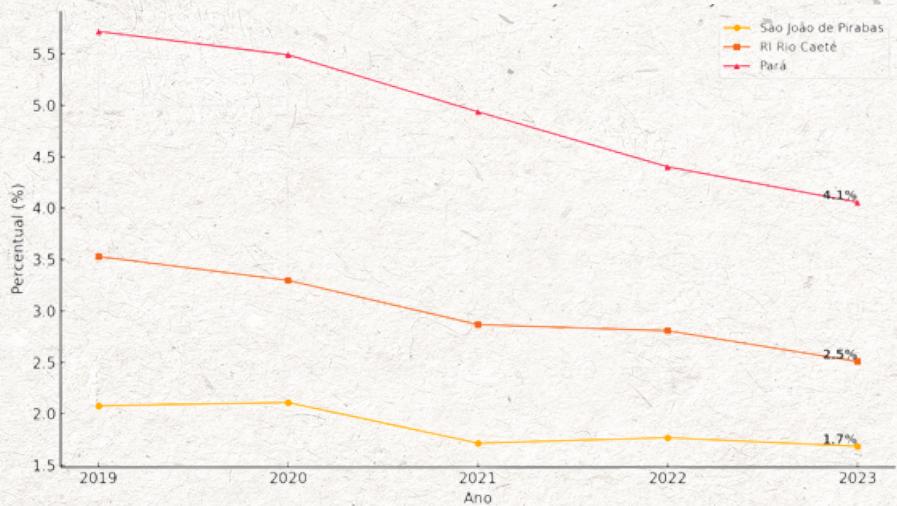
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda utilizando fontes fósseis de iluminação em São João de Pirabas variou pouco, iniciando em 2,1% em 2019, subindo levemente para 2,1% em 2020, caindo para 1,7% em 2021, depois 1,8% em 2022 e voltando a 1,7% em 2023. A RI Rio Caeté apresentou redução mais acentuada: de 3,5% em 2019 para 2,5% em 2023. No estado do Pará, a queda foi ainda mais significativa, passando de 5,7% para 4,1% no mesmo intervalo (Gráfico 14).



Esses dados indicam que São João de Pirabas já partia de um patamar inferior no uso de fontes fósseis, o que sugere certo avanço prévio na universalização da energia elétrica. Entretanto, a estagnação entre 2021 e 2023 indica que os últimos domicílios sem acesso a iluminação elétrica permanecem desassistidos. A redução mais expressiva nos níveis estadual e regional aponta para políticas mais eficazes em outras localidades, enquanto Pirabas precisaria de iniciativas direcionadas para erradicar esse resíduo de exclusão energética (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



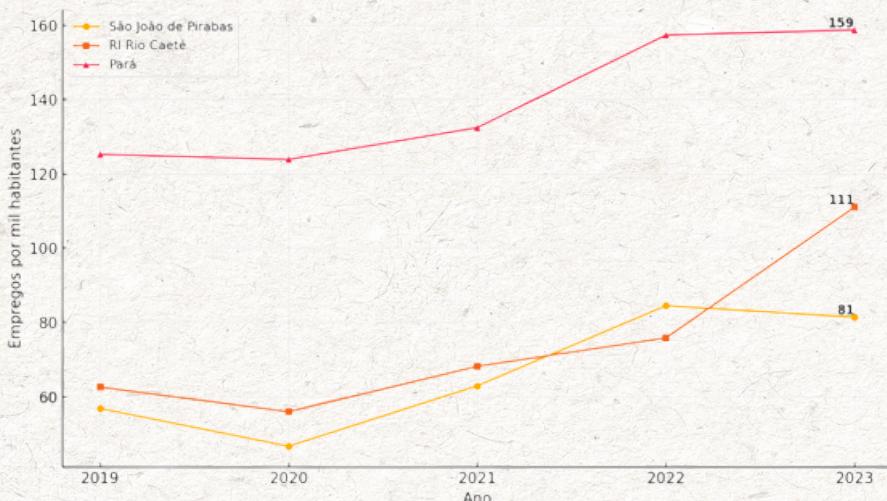
Empregos Formais por Mil Habitantes

Em São João de Pirabas, o número de empregos formais por mil habitantes caiu de 56 (2019) para 47 (2020), recuperando-se em 2021 (64) e atingindo 85 em 2022. Em 2023, houve leve queda, encerrando o período com 81 empregos formais por mil habitantes. A RI do Rio Caeté partiu de 63 (2019), caiu para 57 (2020), e alcançou crescimento mais expressivo em 2023, chegando a 111 empregos por mil habitantes. O estado do Pará manteve-se em patamar mais elevado ao longo do período, saindo de 126 (2019) e subindo para 159 em 2023 (Gráfico 15).

A trajetória de São João de Pirabas revela uma recuperação consistente após a retração de 2020, possivelmente ligada aos efeitos da pandemia, embora a leve queda de 2023 interrompa o crescimento observado. Ainda assim, o município encerra o período com um índice inferior à sua própria RI e consideravelmente abaixo do estado, cuja diferença em 2023 chega a 78 empregos por mil habitantes. Isso evidencia a necessidade de maior dinamização do mercado formal local, com foco em geração de emprego e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita de São João de Pirabas apresentou crescimento moderado ao longo do período. Em 2018, o valor era de R\$ 7.194 por habitante, subindo levemente para R\$ 7.253 em 2019 e R\$ 7.722 em 2020. Em 2021, houve uma pequena estabilização com R\$ 7.760, seguida por aumento mais expressivo em 2022, atingindo R\$ 9.159. Na Região de Integração do Rio Caeté, o crescimento foi mais contínuo e robusto, partindo de R\$ 9.291 (2018) e alcançando R\$ 13.321 em 2022. O estado do Pará apresentou a



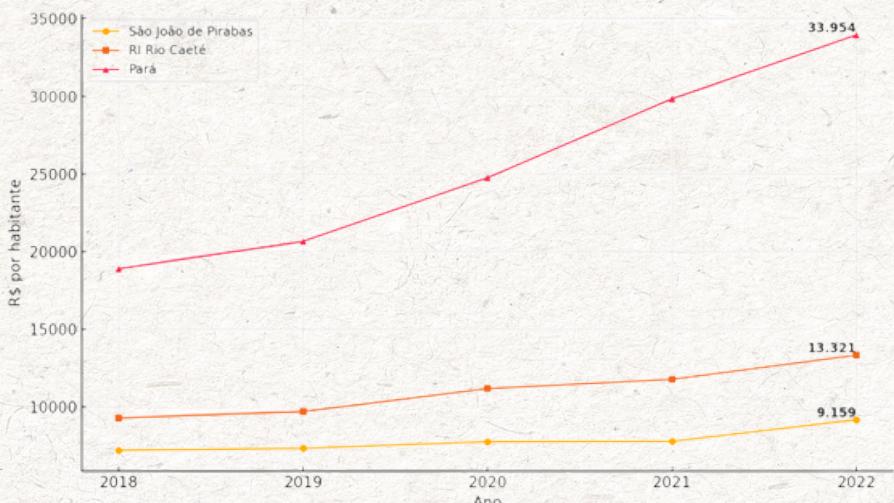
maior evolução, partindo de R\$ 18.939 e encerrando o período com R\$ 33.954 por habitante (Gráfico 16).

A diferença entre São João de Pirabas e os demais recortes evidencia disparidades signifi-

cativas no desempenho econômico. Em 2022, o PIB per capita do estado era quase quatro vezes maior que o do município, o que revela uma concentração de riqueza em outras regiões do Pará. Apesar da melhora em 2022, o ritmo de crescimento de Pirabas foi inferior ao da RI e do estado, apontando para limitações na diversificação econômica local e na capacidade de geração de renda per capita. A melhora recente, contudo, pode indicar sinais de recuperação e potencial de crescimento futuro (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.159/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



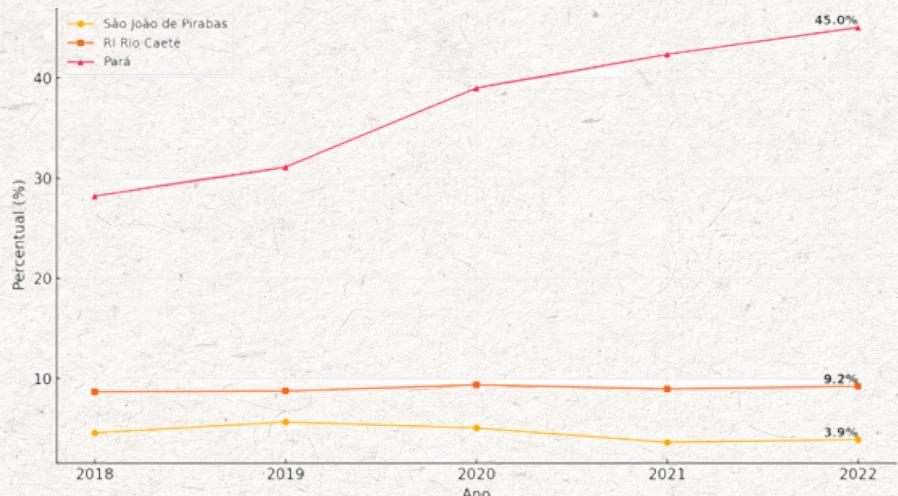
O percentual do valor adicionado da indústria no PIB de São João de Pirabas foi relativamente baixo e apresentou tendência de queda. Em 2018, o setor industrial respondia por 4,5% da economia local, subindo para 5,7% em 2019, mas recuando nos anos seguintes: 5,1% em 2020, 3,7% em 2021 e fechando 2022 com apenas 3,9%. Na RI do Rio Caeté, os valores foram mais estáveis, variando entre 8,8% e 9,4%, enquanto o estado do Pará mostrou forte crescimento da participação da indústria no PIB, saltando de 28,2% (2018) para 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

Essa trajetória evidencia a baixa industrialização de São João de Pirabas e seu distanciamento das dinâmicas de crescimento industrial vivenciadas no estado. Enquanto o Pará consolidou uma expansão expressiva da indústria, o município permaneceu estagnado ou em retração relativa, o que compromete sua capacidade de gerar valor agregado e empregos qualificados. A dependência de setores de menor valor pode limitar o desenvolvimento econômico sustentável de Pirabas, sendo necessário ampliar investimentos em cadeias produtivas locais com maior complexidade econômica (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O município de São João de Pirabas apresentou crescimento expressivo na densidade de profissionais da ciência. Em 2019, havia 14,8 profissionais por 100 mil habitantes, número que caiu para 13,6 em 2020, mas retomou crescimento a partir de 2021: 15,7, depois 17,7 em 2022 e alcançando 22 em 2023. A RI do Rio Caeté evoluiu de forma mais modesta, partindo de 9,1 (2019)



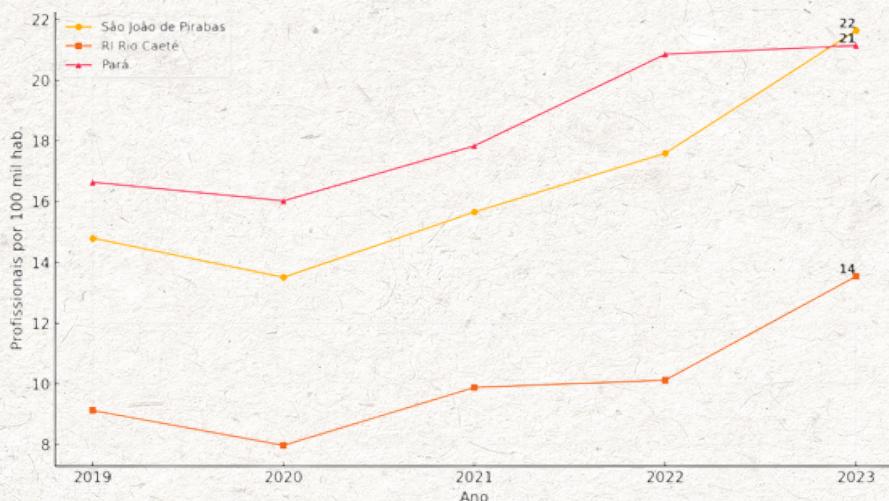
e encerrando o período em 14,0 profissionais por 100 mil. Já o estado do Pará teve avanço constante de 16,6 (2019) para 22,0 em 2023 (Gráfico 18).

A trajetória de São João de Pirabas indica uma aproximação significativa da média estadual, ultrapassando inclusive a RI em todos os anos e quase equiparando-se ao Pará no final da série. Esse avanço sugere fortalecimento da base científica local, possivelmente associada a políticas de incentivo à pesquisa, educação superior ou à contratação de técnicos e especialistas. Apesar do crescimento, o desafio será manter esse ritmo e garantir a fixação desses profissionais no município (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





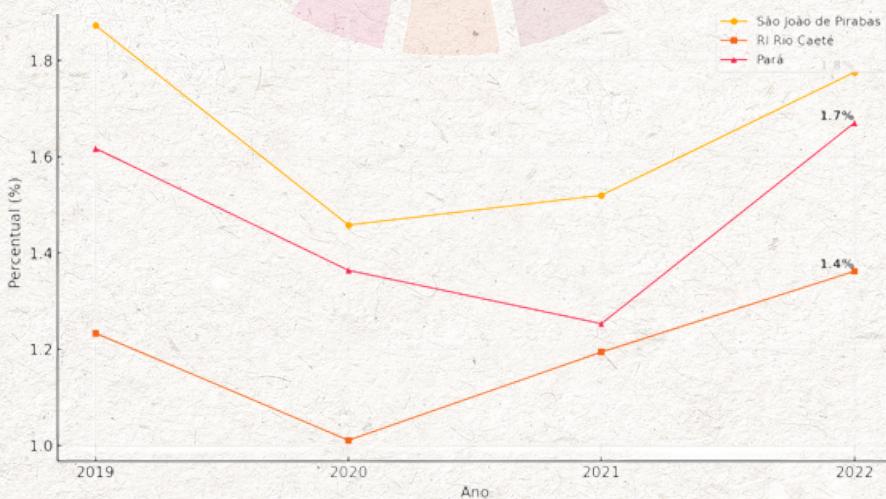
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em São João de Pirabas, a massa salarial dos vínculos formais iniciou em 2019 com 1,87% do PIB, mas sofreu queda em 2020, atingindo 1,46%. Nos anos seguintes houve recuperação: 1,52% em 2021 e 1,80% em 2022. A Região de Integração do Rio Caeté partiu de 1,24% (2019), caiu para 1,01% (2020) e subiu gradualmente até 1,39% (2022). Já o estado do Pará também teve oscilação: começou com 1,61% (2019), caiu para 1,35% (2020), atingiu o menor valor em 2021 (1,25%) e encerrou 2022 com 1,69% (Gráfico 19).

O desempenho de São João de Pirabas reve-

la maior resiliência e recuperação mais rápida da massa salarial formal após os efeitos econômicos da pandemia. Em 2022, o município registrou a maior proporção entre os três recortes, o que aponta para uma contribuição relevante do emprego formal na renda agregada local. Esse comportamento sugere estrutura produtiva relativamente estável e com vínculos formais mais representativos na economia municipal, o que é um fator positivo para o dinamismo econômico e a arrecadação (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

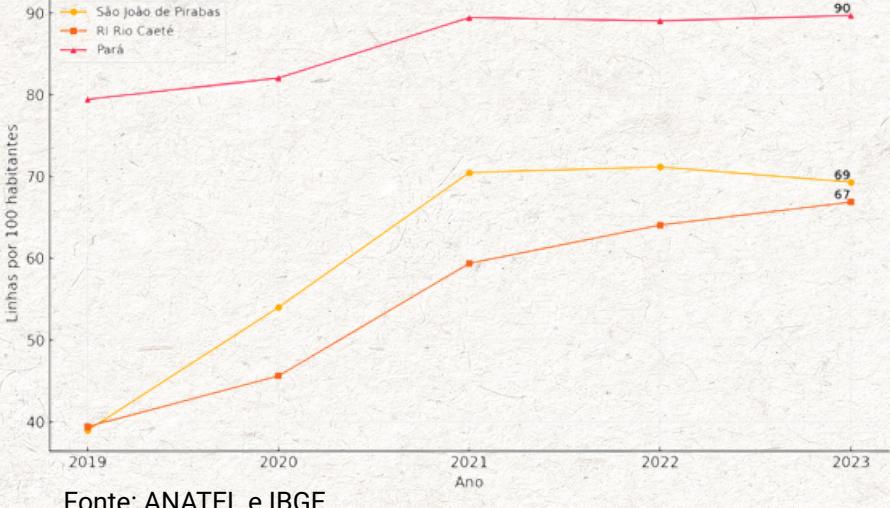
Em São João de Pirabas, o acesso à telefonia móvel evoluiu de 39,5 linhas por 100 habitantes em 2019 para 69,0 em 2023. O crescimento foi mais acentuado entre 2019 e 2021, atingindo 70,6 em 2021 e 71,2 em 2022, com leve queda no último ano. Na Região de Integração do Rio Caeté, o número cresceu de 38,7 (2019) para 67,0 (2023), mantendo trajetória ascendente. O estado do Pará apresentou os maiores níveis de cobertura, saindo de 79,6 em 2019 e alcançando 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

A evolução indica que o município conseguiu avanços significativos na expansão da telefonia móvel, reduzindo a distância em relação às médias estadual e regional. Contudo, a estagnação e posterior ligeira retração em 2023 pode indicar saturação da expansão ou dificuldades na renovação tecnológica das redes. O estado do Pará manteve vantagem expressiva, o que reforça a necessidade de continuidade de investimentos em infraestrutura digital em áreas menos dinâmicas como Pirabas (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em São João de Pirabas, os investimentos públicos per capita com cultura e meio ambiente caíram ao longo do período. O valor era de R\$ 29,6 em 2019, subindo levemente para R\$ 30,2 em 2020, mas recuando para R\$ 24,7 em 2021, R\$ 25,6 em 2022 e encerrando 2023 em apenas R\$ 23,0 por habitante. A RI do Rio Caeté apresentou trajetória oposta, partindo de R\$ 36,2 e encerrando 2023 em R\$ 61,2. O estado do Pará também ampliou significativamente seus investimentos, saltando de R\$ 40,6 (2019) pa-

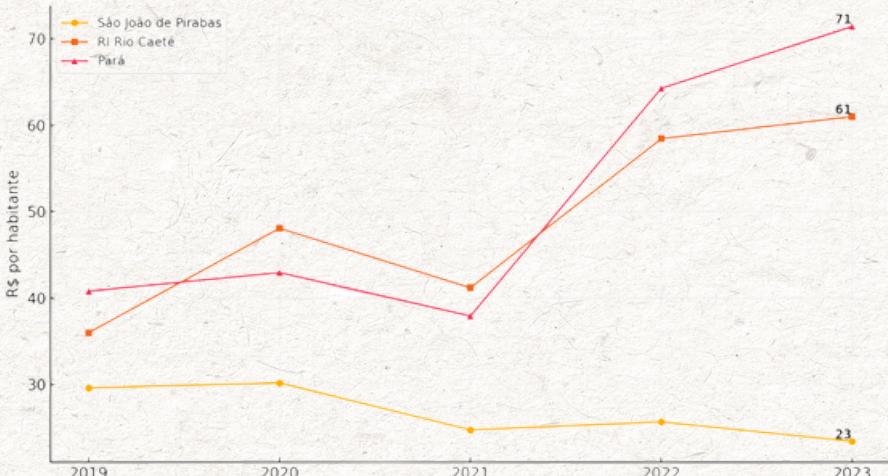
ra R\$ 71,0 em 2023 (Gráfico 21).

A queda contínua em Pirabas contrasta com os aumentos consistentes na região e no estado, refletindo possível não priorização das áreas cultural e ambiental na agenda pública local. A diferença em 2023 é significativa: enquanto o Pará gastou R\$ 71,0 por habitante, Pirabas alocou menos de um terço disso. Essa divergência compromete a valorização de práticas culturais e a gestão sustentável dos recursos naturais no município (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 23/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





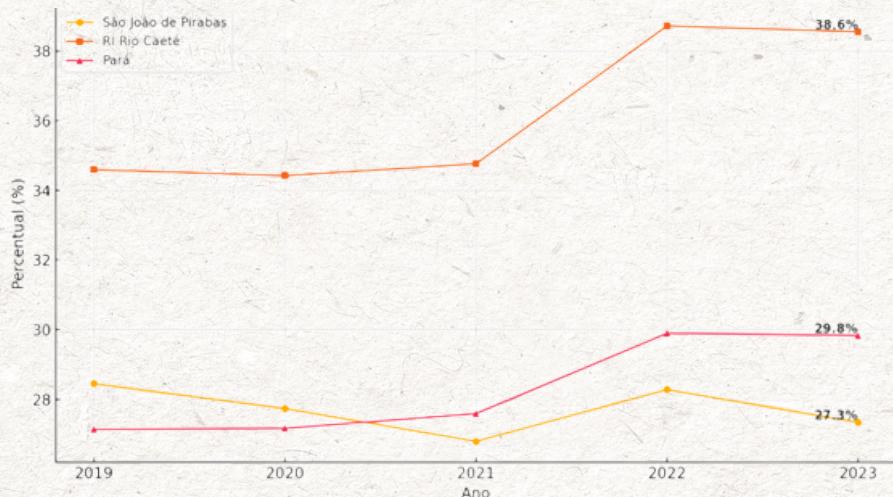
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual da população de baixa renda que recorre à queima ou enterramento do lixo em São João de Pirabas teve leve queda de 28,4% em 2019 para 26,7% em 2021, mas voltou a subir em 2022 (28,3%) e fechou 2023 com 27,3%. A RI do Rio Caeté apresentou níveis mais elevados, iniciando com 34,7% e chegando a 38,6% em 2023. Já o estado do Pará teve variação de 27,2% para 29,8% no mesmo período (Gráfico 22).

Apesar de manter-se abaixo das médias

estadual e regional, o indicador em São João de Pirabas revela persistência de práticas inadequadas de destinação do lixo entre famílias mais pobres. A oscilação recente reforça a ausência de soluções estruturadas de coleta e destinação final. O aumento registrado no estado e na RI aponta para um desafio generalizado, mas o avanço mais acentuado na região destaca a situação crítica de infraestrutura de resíduos sólidos nos municípios da RI Rio Caeté (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



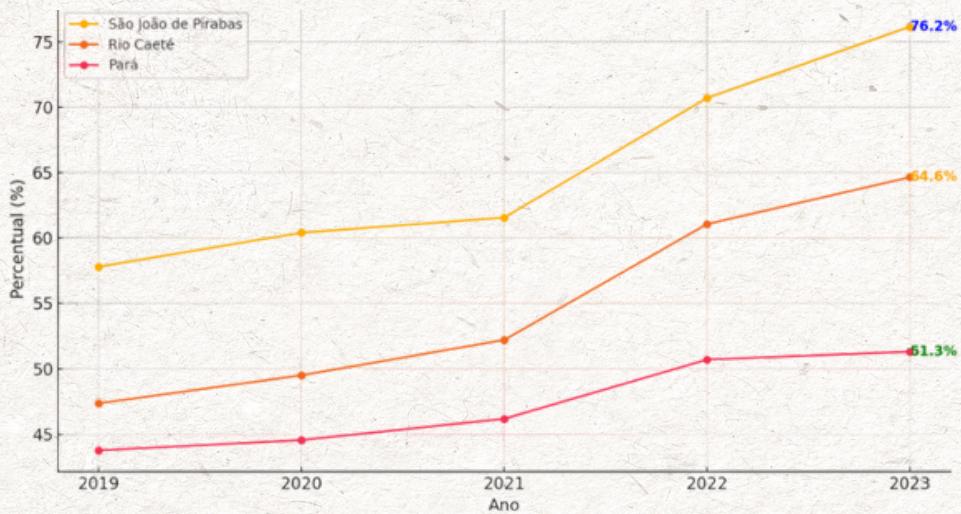
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

São João de Pirabas apresentou crescimento contínuo no percentual de população de baixa renda utilizando fossa rudimentar, passando de 57,9% em 2019 para 76,2% em 2023. A RI do Rio Caeté seguiu tendência semelhante, subindo de 47,3% para 64,6%. Já o estado do Pará apresentou valores inferiores, ainda que crescentes, saindo de 43,6% para 51,3% (Gráfico 23).

O crescimento desse indicador em São Jo-

ão de Pirabas é alarmante e revela deterioração nas condições sanitárias das famílias vulneráveis. Enquanto o Pará ainda conseguiu manter os percentuais em níveis mais baixos, o município terminou o período com mais de três quartos da população de baixa renda usando sistemas rudimentares de esgoto. Isso evidencia a urgência de investimentos em saneamento básico, sobretudo em áreas periféricas e rurais (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



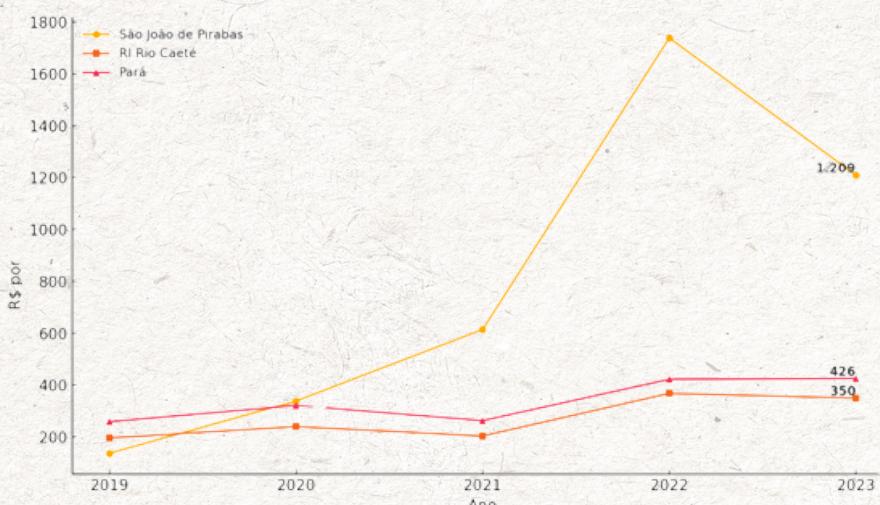
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em São João de Pirabas, os gastos per capita com prevenção de desastres aumentaram substancialmente ao longo do período. O município iniciou em 2019 com R\$ 144,8 por habitante, subindo para R\$ 325,9 em 2020 e R\$ 621,3 em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para R\$ 1.745,9, seguido por redução em 2023, quando o valor caiu para R\$ 1.209,2. A RI do Rio Caeté teve trajetória mais modesta, com valores oscilando de R\$ 198,5 (2019) a R\$ 350,2 (2023). O estado do Pará apresentou aumento gradual, partindo de R\$ 259,2 (2019) e chegando a R\$ 426,3 em 2023 (Gráfico 24).



O comportamento de São João de Pirabas indica prioridade pontual para ações de mitigação e resposta a desastres, com um pico extraordinário em 2022 que pode estar relacionado a situações emergenciais específicas. Ainda que tenha havido recuo em 2023, o município manteve um nível de gasto muito superior à média regional e estadual. Isso mostra capacidade de mobilização orçamentária para a área, mas também sugere a necessidade de investigar a sustentabilidade e a eficiência desses gastos em longo prazo (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$1.209/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de São João de Pirabas iniciou 2019 com R\$ 0,8 por habitante em despesas com preservação aquática, aumentando de forma quase imperceptível até 2022, quando atingiu R\$ 7,2. Contudo, em 2023, houve um aumento exponencial, com os gastos saltando para R\$ 222 por habitante. Na RI do Rio Caeté, os valores cresceram mais gradualmente, de R\$ 24,7 (2019) para R\$ 81,3 (2023). O estado do Pará manteve os maiores patamares ao longo do período, encerrando com R\$ 287,2 por habitante em 2023 (Gráfico 25).

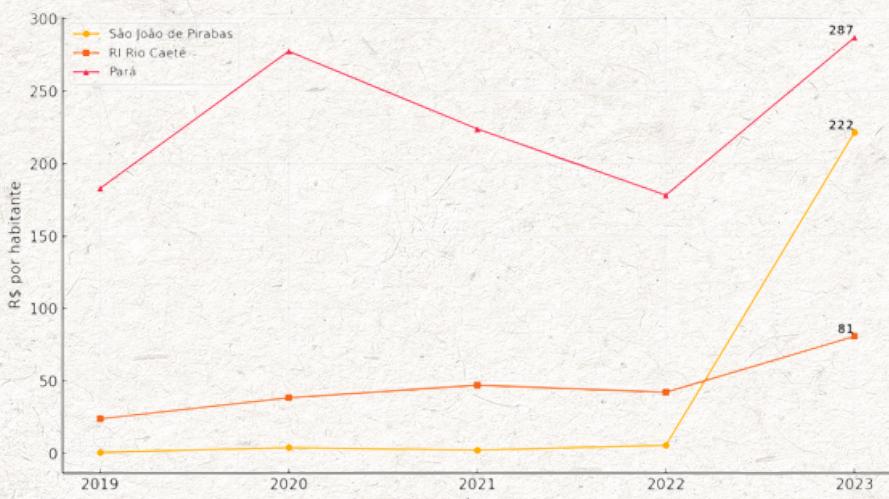
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



A evolução recente em São João de Pirabas indica uma guinada significativa na política ambiental voltada à preservação de recursos aquáticos, especialmente a partir de 2023. Esse salto pode refletir a implementação de projetos específicos ou o recebimento de recursos extraordinários. Ainda que o município não tenha atingido os níveis estaduais, aproximou-se rapidamente da média do Pará, o que representa avanço importante, considerando sua base de comparação extremamente baixa nos anos anteriores (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 222/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

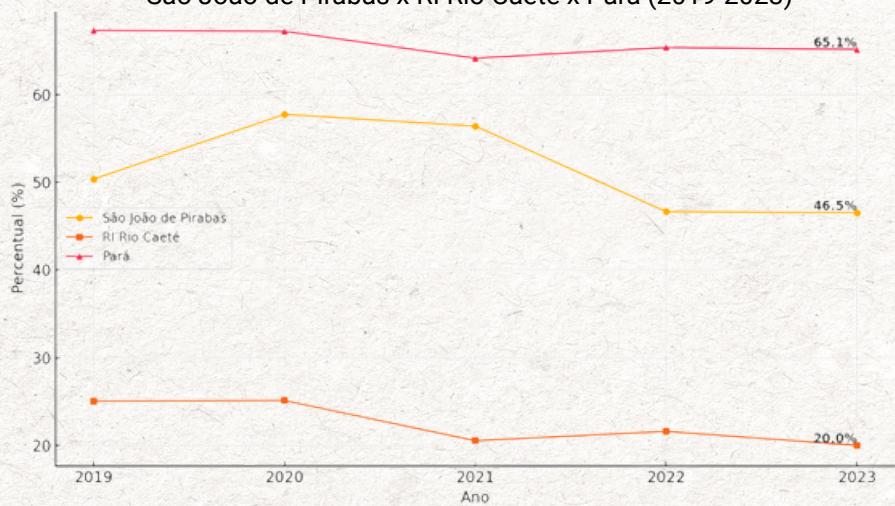
Em São João de Pirabas, o percentual da área coberta por floresta cresceu de 50,3% em 2019 para 57,8% em 2020, mantendo-se relativamente estável em 2021 (56,6%), mas caindo expressivamente em 2022 para 46,6% e encerrando 2023 com 46,5%. A RI do Rio Caeté apresentou estabilidade baixa, iniciando e finalizando o período com 25,0% e 20,0%, respectivamente. Já o estado do Pará manteve altos níveis de cobertura florestal, com leve declínio: 67,2% em 2019 e 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A trajetória de São João de

Pirabas mostra um pico positivo em 2020, possivelmente vinculado a ações de conservação ou regularização fundiária, mas a perda significativa de cobertura florestal a partir de 2021 chama atenção. Embora o município ainda preserve uma proporção superior à da sua RI, a tendência descendente recente reforça a necessidade de intensificação de políticas de preservação e monitoramento ambiental. O estado do Pará se manteve como referência, com mais de 65% de sua área ainda florestada (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

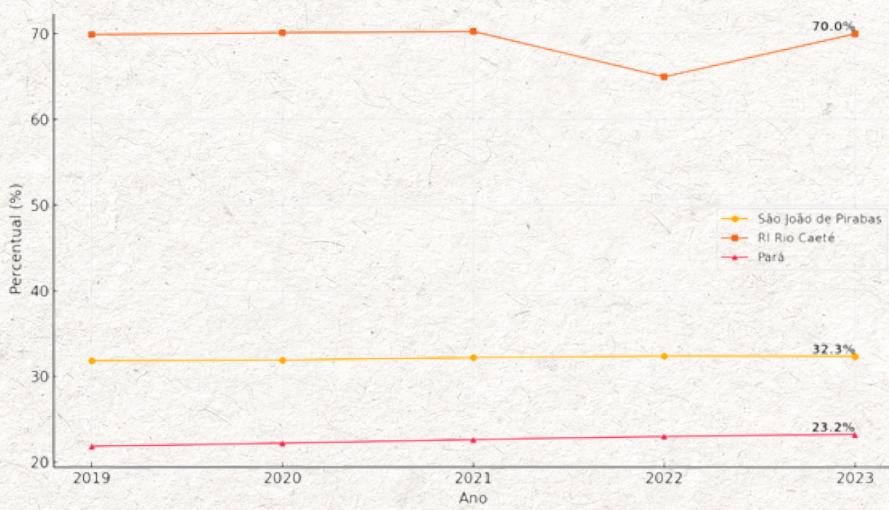
Em São João de Pirabas, o percentual da área desmatada manteve-se quase constante entre 2019 e 2023, variando levemente de 32,0% para 32,3%. A RI do Rio Caeté apresentou o nível mais crítico, com um índice estável de 70,0% de 2019 a 2021, uma breve queda para 65,3% em 2022 e retorno aos 70,0% em 2023. O estado do Pará teve um crescimento gradual, passando de 21,7% para 23,2% no mesmo período (Gráfico 27).

O cenário revela que São Jo-

ão de Pirabas possui cerca de um terço de seu território já desmatado, o que, aliado à queda na cobertura florestal, aponta para um processo de degradação contínua. Apesar disso, o município ainda apresenta situação mais equilibrada que a média da RI Rio Caeté, que vive um quadro alarmante com 70% de desmatamento consolidado. O leve crescimento no Pará evidencia tendência preocupante, mas ainda inferior à realidade local e regional (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

São João de Pirabas apresentou uma trajetória consistente de queda no indicador de trabalho infantil. O município iniciou com 8,4 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 4,7 em 2020 e manteve esse nível em 2021. Em 2022, o valor caiu para zero e assim permaneceu em 2023. Na RIdo Rio Caeté, a queda foi expressiva: de 50,0 (2019) para 7,0 (2023). O estado do Pará também reduziu significativamente: de 39,9 para 11,0 no mesmo intervalo (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A eliminação total do trabalho infantil em Pirabas em 2022 e 2023 é um resultado notável e sugere ações eficazes de combate à exploração infantil. Esse desempenho coloca o município à frente da média estadual e regional, que, apesar da melhoria, ainda apresentam registros consideráveis. A continuidade dessa tendência exigirá manutenção dos programas de proteção social, educação e fiscalização para garantir que o problema não retorne (Gráfico 28).

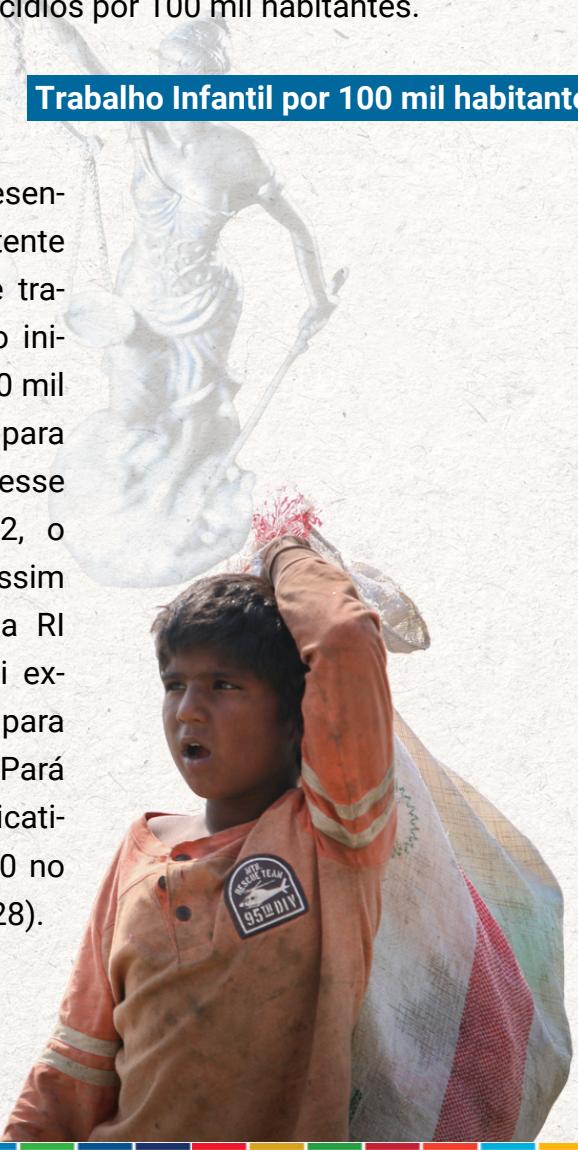




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em São João de Pirabas variou de forma significativa no período analisado. Em 2019, o município registrava 43,5 homicídios por 100 mil habitantes, número que caiu para 38,8 em 2020 e desabou para 17,3 em 2021. No entanto, houve novo pico em 2022, com 39,0, seguido de uma forte queda para 10,1 em 2023. A RI do Rio Caeté apresentou relativa estabilidade: de 28,4 (2019) para 29,0 (2023). O estado do Pará variou entre 38,9 e 31,0 (Gráfico 29).

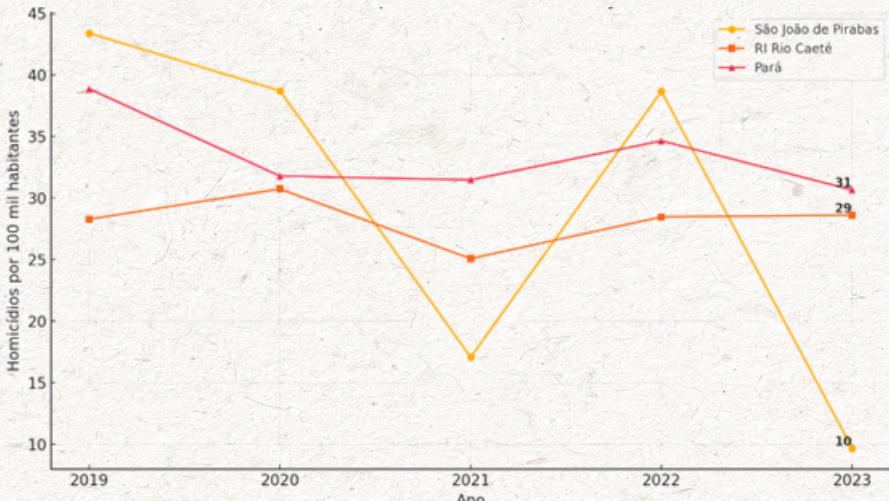
A oscilação em São João de Pirabas indica

instabilidade no controle da violência letal, com momentos de forte redução seguidos de recrudescimento. Apesar disso, o dado mais recente 10,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2023 é bastante positivo e o menor da série. Se sustentado, esse nível coloca o município em situação bem mais segura que suas referências estadual e regional, sinalizando possível eficácia de medidas recentes de segurança pública ou políticas sociais (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



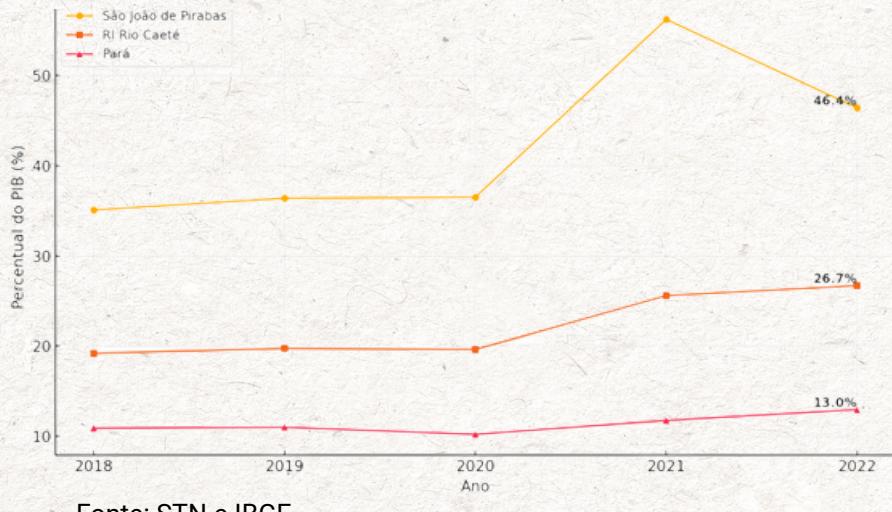


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em São João de Pirabas, os gastos públicos municipais representavam 35,1% do PIB em 2018 e cresceram de forma estável nos anos seguintes: 36,3% em 2019 e 36,4% em 2020. Contudo, em 2021 houve um salto expressivo para 56,4%, seguido de uma queda para 46,4% em 2022. Já na Região de Integração (RI) do Rio Caeté, os valores oscilaram de 19,0% em 2018 para 26,7% em 2022, com crescimento mais gradual. O estado do Pará apresentou os menores percentuais ao longo de toda a série, saindo de 11,1% em 2018 para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O comportamento observado em São João de Pirabas demonstra forte expansão do gasto público municipal em relação à sua economia local, especialmente em 2021, o que pode estar relacionado a programas emergenciais ou investimentos excepcionais. Ainda que haja recuo em 2022, o percentual se mantém bem acima da média estadual e regional, indicando um padrão de gasto mais intensivo. A trajetória da RI e do estado, por sua vez, mostra maior estabilidade e menor comprometimento do PIB com despesas públicas municipais (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

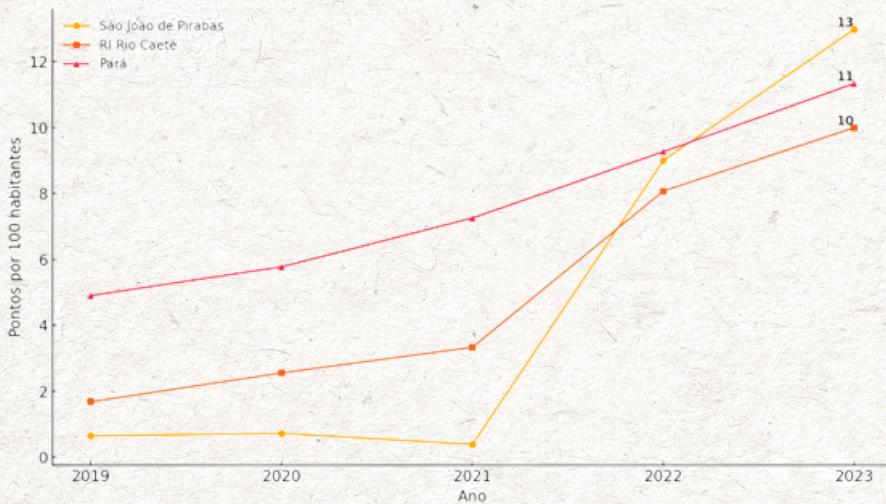


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

São João de Pirabas iniciou 2019 com uma taxa de acesso à banda larga fixa de 0,7 pontos por 100 habitantes, manteve-se praticamente estável em 2020 (0,8) e recuou levemente em 2021 (0,5). No entanto, houve forte crescimento a partir de 2022, com o indicador saltando para 9,1 e atingindo 13,0 pontos em 2023. A RI do Rio Caeté também evoluiu de forma contínua, indo de 1,7 pontos em 2019 para 10,0 em 2023. O estado do Pará seguiu tendência semelhante, com aumento de 4,9 pontos para 11,0 no mesmo intervalo (Gráfico 31).

A trajetória de São João de Pirabas revela uma expansão recente bastante acelerada no acesso à banda larga fixa, principalmente entre 2021 e 2023, período em que o município superou a média estadual e regional. Esse avanço sugere investimentos expressivos em infraestrutura digital e conectividade, o que pode impactar positivamente diversos setores, como educação, saúde e economia. Antes disso, o município apresentava um dos piores indicadores, o que destaca ainda mais o salto ocorrido nos últimos dois anos (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São João de Pirabas** registrou um IDS de **41,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São João de Pirabas x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

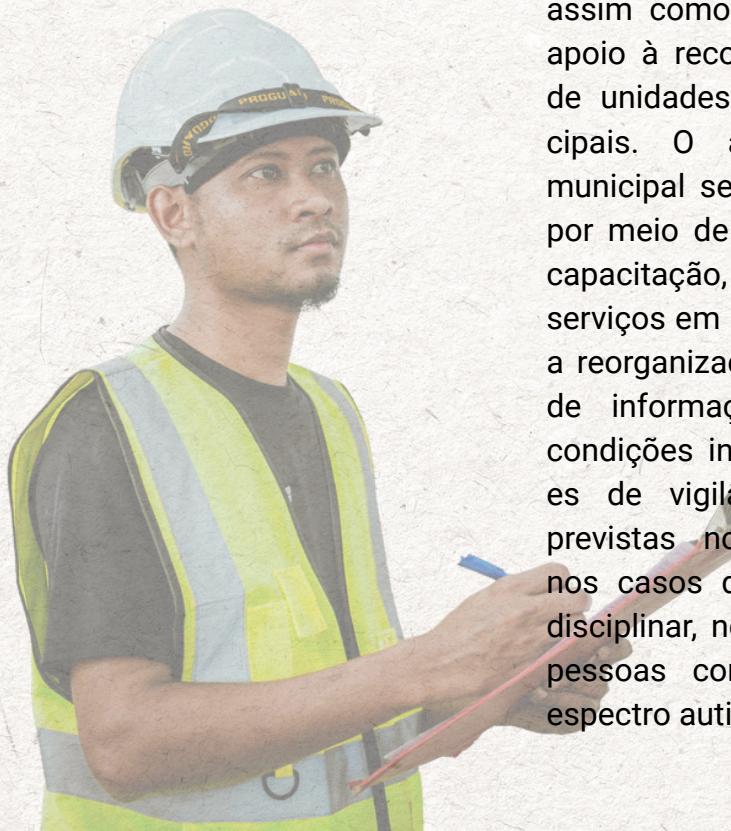
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São João de Pirabas na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São João de Pirabas e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

